



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ESTATÍSTICA

2.2.16 a 22.12.16

55ª Legislatura Sessão Legislativa 2016

Mesa Diretora

Presidente: Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente: Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente: Giacobbo

1º Secretário: Beto Mansur

2º Secretário: Felipe Bornier

3ª Secretária: Mara Gabrilli

4º Secretário: Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente: Mandetta

2º Suplente: Gilberto Nascimento

3ª Suplente: Luiza Erundina

4º Suplente: Ricardo Izar

SECRETARIA GERAL DA MESA

Núcleo de Assessoramento Técnico

Atualizado em 22/12/16 13h59

I – ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS

TRABALHOS DO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2016		
1. Número de Sessões realizadas	342	
. Sessões deliberativas extraordinárias	171	
. Sessões deliberativas ordinárias	27	
. Sessões não deliberativas de debates	51	
. Sessões não deliberativas solenes	82	
. Sessões Extraordinárias Comissões Gerais	11	
2. Números de proposições aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário	131	
	MATÉRIAS APROVADAS	MATÉRIAS REJEITADAS
- Propostas de Emenda Constitucional	4	
- Propostas de Emenda Constitucional – 1º turno	3	
- Projetos de Lei Complementar	2	
- Medida Provisória	42	1
- Projetos de Lei	41	
- Projetos de Decreto Legislativo	23	
- Mensagem	1	
- Projetos de Resolução	6	
- Objeto de deliberação (eleição)	6	
- Denúncia Por Crime de Responsabilidade	1	
- Representação	1	
TOTAL	130	1
3. Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário (**)	594	
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO	725	

(**) Destaque, Dispositivo objeto de Destaque, Emenda, Emenda Aglutinativa, Emenda de Redação, Emenda objeto de Destaque, Expressão objeto de Destaque, Parecer, Recurso, Recurso contra Decisão da Presidência, Redação Final, Requerimento de Adiamiento de Discussão, Requerimento de adiamento de votação, Requerimento de encerramento de Discussão, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Preferência, Requerimento de transformação de Sessão em Comissão Geral, Requerimento de retirada de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimento de Votação art. Por art., ou de emendas 1 a 1, Requerimento de Votação em Globo, Requerimento para criação de Comissão Externa, Requerimento para dispensa de Interstício, Requerimento para Votação Nominal, Requerimento que solicita discussão por grupo de artigos, Requerimento para a não realização de Sessão da Câmara, Subemenda, etc.

Número de Comissões Permanentes e Temporárias		
1. Comissões Permanentes	25	
2. Comissões Temporárias		
Parlamentares de Inquérito	10	115
Especiais **	84	
Externas	21	
3. Grupos de Trabalho***	03	

** As Comissões Especiais “Documentos Sigilosos” e “Parlamento Jovem Brasileiro”, de caráter não legislativo, não foram consideradas.

*** Os Grupos de Trabalho utilizam a estrutura do Departamento de Comissões (DECOM).

Proposições sujeitas à competência <u>conclusiva</u> das Comissões		
Tipo de proposição	Situação	Total
Projeto de Lei	Remetido ao Senado Federal	103
	Remetido à sanção pela Câmara dos Deputados	21
Projeto de Decreto Legislativo	Remetido ao Senado Federal	67
Total de Proposições Conclusivas das Comissões APROVADAS		191
Projeto de Lei	Rejeitados	69
Total de Proposições Conclusivas das Comissões APRECIADAS (Aprovadas + Rejeitadas).....260		

As proposições apensadas foram desconsideradas. Dados fornecidos pelo DECOM em 22/12/16; 13h59.

Relatório de Reuniões e Eventos realizados pelas Comissões Permanentes							
<i>Data de instalação das Comissões Permanentes: 03/05/2016</i>							
	REUNIÕES (Instalação, Eleição, Deliberativas, Reuniões e Audiências Públicas)	EVENTOS (Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra, Simpósio, Diligências e outros)	SUB TOTAL	SUBCOMISSÕES			TOTAL
				REUNIÕES (Instalação, Eleição, Deliberativas, Reuniões e Audiências Públicas)	EVENTOS Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra, Simpósio, diligências e outros)	SUB TOTAL	
TOTAL	781	181	962	25	10	35	997

Dados fornecidos pelo DECOM em 22/12/16; 13h59.

Relatório de Reuniões e Eventos realizados pelas Comissões Temporárias			
Comissão	REUNIÕES (Instalação, Eleição, Deliberativas e Reuniões e Audiências Públicas)	EVENTOS (Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra, Diligência, Simpósio, e outros)	TOTAL
Comissões Especiais	297	69	366
Comissões Externas	49	21	70
CPI	143	14	157
Grupo de Trabalho	3	1	4
TOTAL	492	105	597

Dados fornecidos pelo DECOM em 22/12/16; 13h59.

II – MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO				
Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
PEC 395/14	Sr. Alex Canziani e outros	Altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.	17.2.16 1º Turno	Aguardando apreciação em 2º turno
PEC 1/15	Vanderlei Macris	Altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%.	22.3.16 1º Turno	Aguardando apreciação em 2º turno
PEC 11/15	Senado Federal	Altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.	23.2.16 1º Turno 22.3.16 2º Turno	Emenda Constitucional 92/16
PEC 4/15	André Figueiredo	Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Prorroga a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2019. Propõe a retirada escalonada da incidência da desvinculação de receita da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social.	2.6.16 1º Turno 8.6.16 2º Turno	Emenda Constitucional 93/16
PEC 241/16	Poder Executivo	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.	10.10.16 1º Turno 25.10.16 2º turno	Emenda Constitucional 95/16
PEC 209/12	Rose de Freias e Luiz Pitiman	Inserir o § 1º ao art. 105, da Constituição Federal, e renumera o parágrafo único. Explicação: Para atribuir requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ.	30.11.16 1º Turno	Aguardando apreciação em 2º turno
PEC 233/16	Senado Federal	Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.	30.11.16 1º e 2º Turnos	Emenda Constitucional 94/16

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
PLP 257/16	Poder Executivo	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências". Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 4.595, de 1964.	30.8.16 20.12.16	Lei Complementar 156/16
PLP 25/2007	Barbosa Neto	Dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	4.10.16	Lei Complementar 155/16

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
MPV 692/15 PLV 27/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e a Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários – PRORELIT.	3.2.16	Lei 13259/16 Vetada parcialmente
MPV 695/15 PLV 28/15	Poder Executivo	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências.	16.2.16	Lei 13262/16 Vetada parcialmente
MPV 696/15 PLV 25/15	Poder Executivo	Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	18.2.16	Lei 13266/16 Vetada parcialmente
MPV 693/15 PLV 2/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e altera a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, para dispor sobre o porte de arma de fogo institucional pelos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.	1.3.16	Lei 13265/16 Vetada parcialmente

MPV 694/15 PLV 1/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei.	2.3.16	Perdeu a eficácia no Senado Federal
MPV 698/15 PLV 3/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.	21.3.16	Lei 13274/16 Vetada parcialmente
MPV 699/15 PLV 4/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro". Explicação: Aumenta a pena para infração de trânsito relativa à obstrução deliberada de via pública por veículo automotor.	22.3.16	Lei 13281/16 Vetada parcialmente
MPV 709/15 PLV 5/16	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo, da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.318.639.330,00, para os fins que especifica.	22.3.16	Lei 13275/16 Vetada parcialmente
MPV 702/15 PLV 6/16	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.334.525,00, para os fins que especifica.	28.3.16	Lei 13276/16
MPV 710/16	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.472.650.000,00, para os fins que especifica.	29.3.16	Lei 13268/16

MPV 701/15 PLV 7/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação; a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, para dispor sobre o Fundo de Garantia à Exportação; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para dispor sobre a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF; e o Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969, para dispor sobre a moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.	3.5.16	Lei 13292/16 Vetada parcialmente
MPV 707/15 PLV 8/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica.	4.5.16	Lei 13295/16 Vetada parcialmente
MPV 704/15	Poder Executivo	Dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para pagamento da Dívida Pública Federal	4.5.16	Rejeitada A matéria vai ao arquivo
MPV 712/16 PLV 9/16	Poder Executivo	Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.	18.5.16	Lei 13301/16 Vetada parcialmente
MPV 706/15 PLV 11/16	Poder Executivo	Altera a Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e 13.182, de 3 de novembro de 2015; e dá outras providências". Explicação: Estabelece o prazo de até 210 (duzentos e dez) dias para que o concessionário de distribuição de energia elétrica assine o contrato de concessão ou o termo aditivo.	18.5.16	Lei 13299/16 Vetada parcialmente
MPV 708/15 PLV 10/16	Poder Executivo	Autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.	23.5.16	Lei 13.298/16
MPV 715/15	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 316.230.970,00, para o fim que especifica.	31.5.16	Lei 13296/16

MPV 713/15 PLV 12/16	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e 9.481, de 13 de agosto de 1997, para dispor sobre a incidência do imposto de renda retido na fonte sobre remessas ao exterior de valores destinados à cobertura de gastos pessoais, à promoção de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros e de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão.	15.6.16	Lei 13315/16 Vetada parcialmente
MPV 714/15 PLV 13/16	Poder Executivo	Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia o limite de participação do investimento estrangeiro na aviação civil para 49% do capital com direito a voto; altera as Leis nºs 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 12.462, de 4 de agosto de 2011; revoga as Leis nºs 7.920, de 7 de dezembro de 1989, e 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e dá outras providências.	21.6.16	Lei 13319/16 Vetada parcialmente
MPV 716/15	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor de R\$ 420.000.000,00, para os fins que especifica	5.7.16	Lei 13310/16
MPV 718/15 PLV 14/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências	5.7.16	Lei 13322/16
MPV 719/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União.	12.7.16	Lei 13313/16
MPV 722/16	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 80.000.000,00, para os fins que especifica.	22.8.16	Perdeu a eficácia no Senado Federal

MPV 723/16 PLV 16/16	Poder Executivo	Prorroga o prazo de dispensa de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.	22.8.16	Lei 13333/16
MPV 724/16 PLV 19/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.	22.8.16	Lei 13335/16
MPV 725/16 PLV 21/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº. 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, e dá outras providências.	29.8.16	Lei 13331/16
MPV 726/16 PLV 20/16	Poder Executivo	Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	29.8.16	Lei 13341/16 Vetada parcialmente
MPV 727/16 PLV 23/16	Poder Executivo	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências	30.8.16	Lei 13334/16
MPV 728/16 PLV 18/16	Poder Executivo	Revoga dispositivos da Medida Provisória no 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	13.9.16	Lei 13345/16 Vetada parcialmente
MPV 729/16 PLV 26/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.	13.9.16	Lei 13348/16 Vetada parcialmente
MPV 730/16	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica	13.9.16	Lei 13339/16
MPV 731/16 PLV 22/16	Poder Executivo	Dispõe sobre a extinção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento superiores e a criação de funções de confiança denominadas Funções Comissionadas do Poder Executivo". Explicação: Revoga dispositivos das Leis nº 11.355 de 2006; 11.526, de 2007; 12.002, de 2009 e as Leis nº 12.274, de 2010; 12.443, de 2011; 12.898, de 2013 e 13.027, de 2014.	13.9.16	Lei 13346/16 Vetada parcialmente

MPV 732/16 PLV 25/16	Poder Executivo	Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987	13.9.16	Lei 13347/16 Vetada parcialmente
MPV 733/16 PLV 24/16	Poder Executivo	Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.	13.9.16	Lei 13340/16 Vetada parcialmente
MPV 736/16	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00, para o fim que especifica.	13.9.16	Lei 13343/16
MPV 734/16 PLV 27/16	Poder Executivo	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016	19.9.16	Lei 13351/16 Vetada parcialmente
MPV 735/16 PLV 29/16	Poder Executivo	Altera as Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e dá outras providências.	11.10.16	Lei 13360/16 Vetada parcialmente
MPV 737/16 PLV 28/16	Poder Executivo	Altera a Lei no 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública	17.10.16	Lei 13361/16
MPV 741/16 PLV 32/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior.	8.11.16	Lei 13.366/16 Vetada parcialmente
MPV 742/16 PLV 31/16	Poder Executivo	Dispõe sobre a flexibilização do horário de transmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016	9.11.16	Perdeu a eficácia no Senado Federal
MPV 745/16 PLV 33/16	Poder Executivo	Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro	7.12.16	Aguardando apreciação no Senado Federal

MPV 746/16 PLV 34/16	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Explicação: Revoga a Lei nº 11.161, de 2005.	13.12.16	Aguardando apreciação no Senado Federal
MPV 744/16 PLV 35/16	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC	14.12.16	Aguardando apreciação no Senado Federal

PROJETOS DE LEI

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
PL 4257/16	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e altera a Lei 11.697, de 13 de junho de 2008.	18.2.16	Lei 13264/16
PL 2016/15	Poder Executivo	Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.	24.2.16	Lei 13260/16 Vetado Parcialmente
PL 3221/15	Poder Executivo	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados no Brasil, e altera a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, que institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal.	24.2.16	Lei 13284/16
PL 3834/15	Senado Federal	Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.	3.3.16	Lei 13263/16
PL 4639/16	Sr. Weliton Prado	Dispõe sobre a fabricação, produção e distribuição da Fosfoetanolamina Sintética aos pacientes com câncer.	8.3.16	Lei 13269/16

PL 583/07	Alice Portugal	Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho (Emendas do Senado)	23.3.16	Lei 13271/16
PL 4073/15	Senado Federal	Institui o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte	23.3.16	Lei 13272/16
PL 173/15	Alceu Moreira	Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha	23.3.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 4409/16	Carlos Bezerra	Altera a Lei 9.797, 6 de maio de 1999	23.3.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 4589/01	Antônio Carlos Konder Reis	Altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.	23.3.16	Lei 13273/16
PL 36/15	Sergio Vidigal	Acrescenta o art. 12-A a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para definir normas gerais para a composição das equipes policiais de atenção à mulher vítima de violência doméstica ou familiar.	29.3.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 4330/16 (PL 1036/15)	Laura Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para regular a divulgação do serviço telefônico de denúncias a respeito de violência contra a mulher.	29.3.16	Prejudicado e arquivado no Senado Federal
PL 3763/04	Coronel Alves	Dá nova redação ao art. 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal.	30.3.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 8194/14	Senado Federal	Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose e caseína; e veda a utilização de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos destinados ao consumo humano, nos termos em que especifica	30.3.16	Lei 3305/16
PL 3030/2015	Lincoln Portela	Altera o art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do feminicídio se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006	30.3.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 6459/13	Senado Federal	Dispõe sobre os contratos de integração, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores e dá outras providências.	31.3.16	Lei 13288/16 Vetado Parcialmente
PL 1805/15	Jerônimo Goergen	Dispõe sobre a localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos.	31.3.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 2648/15	Supremo Tribunal Federal	Altera dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13317/16

PL 6697/09	Ministério Público da União	Altera a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências. Explicação: Proíbe contratação recíproca entre membros e servidores do Ministério Público com órgãos públicos da Administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; reorganiza os anexos de especificação e valores dos cargos e funções comissionadas do Ministério Público da União e concede fé pública às carteiras de identidade funcional.	1.6.16	Lei 13316/16
PL 2646/15	Supremo Tribunal Federal	Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências. Explicação: Estabelece que o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal será de R\$ 39.293,38 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos) a contar de 1º de janeiro de 2016.	1.6.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 4244/15	Senado Federal	Reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal e disciplina o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores Explicação: Altera a Lei nº 12.300, de 2010.	1.6.16	Lei 13302/16 Vetada Parcialmente
PL 2742/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.	1.6.16	Lei 13323/16 Vetada parcialmente
PL 2647/15	Procurador Geral da República	Dispõe sobre o subsídio do Procurador Geral da República. Explicação: Estabelece que o subsídio mensal do Procurador-Geral da República será de R\$ 39.293,38 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos) a contar de 1º de janeiro de 2016.	1.6.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 2743/15	Tribunal de Contas da União	Altera os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13320/16
PL 2747/15	Defensoria Pública da União	Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.	1.6.16	Vetado totalmente
PL 4250/15	Poder Executivo	Altera a remuneração de servidores e empregados públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras para incorporação de gratificações às aposentadoria e pensões, e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13324/16

PL 4251/15	Poder Executivo	Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação, e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13325/16
PL 4252/15	Poder Executivo	Altera a remuneração de servidores públicos, dispõe sobre gratificações de qualificação e de desempenho, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, dispõe sobre a criação das carreiras do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, sobre a remuneração dos cargos das carreiras das Agências Reguladoras, de que tratam a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13326/16 Vetada parcialmente
PL 4253/15	Poder Executivo	Cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores, e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13328/16 Vetada parcialmente
PL 4254/15	Poder Executivo	Altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, altera os requisitos de acesso a cargos públicos, reestrutura cargos e carreiras, dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações, e dá outras providências.	1.6.16	Lei 13327/16 Vetada parcialmente
PL 4255/15	Poder Executivo	Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.	1.6.16	Lei 13321/16
PL 4918/16	Senado Federal	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	14.6.16	Lei 13303/16 Vetada parcialmente
PL 5768/16	Esperidião Amin	Altera o Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar.	6.7.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 5230/13	Ricardo Izar	Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a regulamentação e base de tributação do "salão-parceiro" e do "profissional-parceiro".	4.10.16	Lei 13352/16

PL 4567/16	Senado Federal	Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção	9.11.16	Lei 13365/16
PL 2332/15	Soraya Santos	Regulamenta a profissão de esteticista, cosmetólogo e técnico em estética	10.11.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 4476/94	Koyu Iha	Autoriza o Poder Executivo Federal a reverter em favor da Sociedade Japonesa de Santos, no Estado de São Paulo, o imóvel que menciona	10.11.16	Lei 13368/16
PL 4238/12	Senado Federal	Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	29.11.16	Retorna ao Senado Federal
PL 4850/16	Antonio Carlos Mendes Thame	Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências". Explicação: Altera as Leis nº 8.137, de 1990; 8.702, de 1990; 13.150, de 2015; 8.429, de 1992; 9.096, de 1995; 9.504, de 1997; 9.613, de 1998 e os Decretos-leis nº 2.848, de 1940; 3.689, de 1941. Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 201, de 1967.	30.11.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PL 2516/15	Senado Federal	Institui a Lei de Migração. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e revoga as Leis nº 818, de 1949 e 6.815, de 1980.	6.12.16	Retorna ao Senado Federal

PL 7924/14	Defensoria Pública da União	Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências. Explicação: Será de R\$ 35.919,05 (trinta e cinco mil novecentos e dezenove reais e cinco centavos) a partir de 01 de janeiro de 2015.	15.12.16	Aguardando Sanção
------------	-----------------------------	--	----------	-------------------

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
PDC 243/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto dos Estatutos do Instituto para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, com vistas à adesão do Brasil ao Instituto.	18.2.16	Decreto Legislativo 42/16
PDC 244/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio por Decisão de 27 de novembro de 2014, juntamente com seu anexo, o Acordo sobre a Facilitação de Comércio, adotado pelos Membros da OMC na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013.	18.2.16	Decreto Legislativo 1/16
PDC 295/15	Comissão de Finanças e Tributação	Fixa o subsídio para a Presidente e o Vice-Presidente da República e para os Ministros de Estado e revoga o Decreto Legislativo nº 277, de 18 de dezembro de 2014.	24.2.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PDC 84/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Assuntos Fiscais emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, assinada em 3 de novembro de 2011.	23.3.16	Decreto Legislativo 105/16
PDC 428/16 MSC 235/16	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e assinado, em Nova York, no dia 22 de abril de 2016.	12.7.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PDC 139/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo sobre a Constituição da Rede Internacional do Bambu e do Ratã, celebrado em Pequim, em 6 de novembro de 1997	22.8.16	Decreto Legislativo 141/16

PDC 492/16 MSC 439/16	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS-4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao "Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior", celebrado em Brasília, em 19 de maio de 2015	22.8.16	Decreto Legislativo 140/16
PDC 56/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007	10.11.16	Decreto Legislativo 144/16
PDC 103/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assinado em Brasília, em 28 de setembro de 2012	10.11.16	Decreto Legislativo 145/16
PDC 281/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Brasília, em 11 de novembro de 2009	10.11.16	Decreto Legislativo 143/16
PDC 251/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova, nas condições que especifica, o texto da Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família, bem como o do Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, concluídos na Haia, em 23 de novembro de 2007	17.11.16	Decreto Legislativo 146/16
PDC 154/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 7 de maio de 2009	17.11.16	Decreto Legislativo 147/16
PDC 7/15	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto do Acordo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL, assinado em Foz de Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.	1.12.16	Decreto Legislativo 150/16
PDC 86/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Intercâmbio de Informações e Cooperação em Segurança Pública, assinado em Montevideu, em 30 de maio de 2011.	1.12.16	Decreto Legislativo 151/16

PDC 124/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, assinado em Lisboa, em 2 de novembro de 2007	1.12.16	Decreto Legislativo 148/16
PDC 137/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009	1.12.16	Decreto Legislativo 149/16
PDC 153/15	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas, assinado em Brasília em 9 de julho de 2013.	1.12.16	Decreto Legislativo 152/16
PDC 187/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, assinada em Haia, em 15 de novembro de 1965	1.12.16	Decreto Legislativo 153/16
PDC 165/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática da Etiópia, assinado em Adis Abeba, em 23 de abril de 2012	8.12.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PDC 434/16	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana Sobre Cooperação em Matéria de Defesa, relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, firmado em Roma, em 30 de setembro de 2014.	8.12.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PDC 432/16	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 1º de abril de 2015	15.12.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PDC 437/16	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015	15.12.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal
PDC 438/16	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República de Maláui, assinado em Brasília, em 25 de junho de 2015	15.12.16	Aguardando apreciação pelo Senado Federal

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
PRC 134/2016	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Determina o recálculo da proporcionalidade partidária na Câmara dos Deputados na 55ª Legislatura, após as migrações partidárias ocorridas no período autorizado pela Emenda Constitucional n. 91, de 18 de fevereiro de 2016; acrescenta dispositivo ao Regimento Interno para disciplinar a votação dos suplentes no âmbito das Comissões da Câmara dos Deputados e dá outras providências	27.4.16	Resolução 14/16
PRC 8/2007	Elcione Barbalho	Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comissão da Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescente, da Juventude e Minorias	27.4.16	Resolução 15/16
PRC 88/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Dispõe sobre criação de Cargos de Natureza Especial e de Funções Comissionadas na Liderança do Partido Rede Sustentabilidade e dá outras providências.	4.5.16	Resolução 16/16
PRC 146/16	Arthur Oliveira Maia	Altera a redação do Art. 11 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	31.5.16	Resolução 17/16
PRC 76/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Cria a Coordenação de Acessibilidade na estrutura administrativa da Diretoria-Geral	8.12.16	Resolução 19/16
PRC 21/15	JHC	Acrescenta Capítulo II-B ao Título II do Regimento Interno, para acrescentar a Secretaria da Juventude aos órgãos da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	15.12.16	Resolução 20/16

MENSAGENS

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
MSC 442/16	Poder Executivo	Solicita a retirada de tramitação da Mensagem nº 296, de 2001, referente ao texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América nos Lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em Brasília, em 18 de abril de 2000	8.12.16	Aprovada

OUTRAS MATÉRIAS

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação	Situação
OBJ 6/16	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.	17.3.16	Chapa única Eleita
OBJ 7/16	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição Suplementar para preenchimento das vagas da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a Denúncia por Crime de Responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, surgidas com a renúncia da Sra. Deputada Zenaide Maia e com o comunicado de alteração de filiação partidária do Sr. Deputado Sandro Alex.	5.4.16	Eleitos os Deputados Vicentinho Júnior, como membro titular e Eliziane Gama, como membro suplente.
Denúncia por Crime de Responsabilida de 1/15	Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Pascoal.	Denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade.	17.4.16	Autorizada a instauração do processo. Aprovado o Impeachment no Senado Federal em 31.8.16
OBJ 8/16	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição para o cargo de Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o período remanescente do Biênio 2015-2016 (Art. 8º, § 2º c/c art. 7º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados)	13.7.06	Eleito Presidente da Câmara dos Deputados o Sr. Deputado Rodrigo Maia
REP 1/15	PSOL e REDE	Representação em desfavor do Deputado Eduardo Cunha, que solicita abertura de Processo Disciplinar com o objetivo de apurar prática de condutas incompatíveis com o decoro parlamentar.	12.9.16	Promulgada a Resolução nº 18/16, que declara a perda do mandato
OBJ 11/16	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição dos Membros da Câmara dos Deputados que comporão a Comissão Representativa do Congresso Nacional para o período de 23 de dezembro de 2016 a 1º de fevereiro de 2017 (Art. 58, § 4º da Constituição Federal).	14.12.16	Eleita a Comissão Representativa do Congresso Nacional
OBJ 9/16	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição para membro do Conselho Nacional de Justiça	15.12.16	Eleita a Sra. Maria Tereza Uille Gomes
OBJ 10/16	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição para membro do Conselho Nacional do Ministério Público	15.12.16	Eleito o Sr. Gustavo do Vale Rocha

COMISSÕES GERAIS

- Comissão Geral com a finalidade de debater a **“Discriminação Racial no Brasil e comemorar o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial”**.

22 de março de 2016, terça-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema da Campanha da Fraternidade de 2016, **“Casa Comum, Nossa Responsabilidade”**.

23 de março de 2016, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema **“As Questões do Combate ao Vírus Zika, à Dengue e à Febre Chikungunya”**.

07 de abril de 2016, quinta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema **“As 10 Medidas de Combate à Corrupção, na forma do PL 4850/2016”**.

22 de maio de 2016, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema **“PL 4567/16 - Petrobras e Exploração do Pré-Sal”**.

09 de agosto de 2016, terça-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema **“A violência contra mulheres e meninas, a cultura do estupro, bem como o enfrentamento à impunidade, e políticas públicas de prevenção, proteção e atendimento a vítimas no Brasil”**.

14 de setembro de 2016, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater **“Os desafios da Agricultura Familiar, as dificuldades para a sucessão nas pequenas propriedades com a manutenção dos jovens no campo e a Aposentadoria do Trabalhador Rural”**.

19 de outubro de 2016, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater **“As políticas públicas de combate à neoplasia maligna, por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Câncer”**.

22 de novembro de 2016, terça-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o **“Projeto de Lei n. 5.587, de 2016, que trata do transporte individual remunerado, do transporte motorizado privado e da regulamentação dos aplicativos digitais”**.

23 de novembro de 2016, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema **“A Questão do Marco Regulatório dos Jogos de Azar no Brasil em 2016”**.

13 de dezembro de 2016, terça-feira, às 9 horas

- Comissão Geral para debater o tema o **“ PL 6.427/16 – Planos de Benefícios da Previdência Social”**.

14 de dezembro de 2016, quarta-feira, às 9 horas

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Parlamentares de Inquérito

Em funcionamento:

CPI – Lei Rouanet
CPI – FUNAI e INCRA 2

Encerradas:

CPI – FUNAI e INCRA
CPI – BNDES
CPI – Crimes Cibernéticos
CPI – Maus-tratos de Animais
CPI – Fundos de Pensão
CPI – Máfia do Futebol
CPI – CARF
CPI - DPVAT

Comissões Especiais

Em funcionamento:

Contas Públicas e Transferências Constitucionais
Crise Hídrica no Brasil
Fundos de Pensão
Inovação Tecnológica da Saúde
LEI 8666/93 – Licitações
Lei Orgânica de Segurança Pública
Marco Regulatório Transporte Rodoviário de Cargas
Pacto Federativo
PEC 001/15 – Percentual Mínimo para a Saúde
PEC 002/15 – Execução Obrigatória Emenda Orçamento
PEC 015/15 – Torna Permanente o FUNDEB/Educação
PEC 044/15 – Carga Horária de Policial e Bombeiro
PEC 058/11 – Licença Maternidade Bebê Prematuro
PEC 131/11 – Agentes Comunitários da Terra
PEC 134/15 – Participação Feminina no Legislativo
PEC 159/07 – Destinação de Recursos da CIDE
PEC 187/12 – Eleição para Órgãos Diretivos Tribunais
PEC 19/11 – Zona Franca do Semiárido Nordeste
PEC 199/16 – Servidores Ex-Territórios Federais
PEC 200/16 – Isenção de IPTU para Templos
PEC 214/03 – Consultorias Jurídicas p/CD, SF, TCU
PEC 215/00 – Demarcação de terras indígenas
PEC 250/08 – Efetiva Empregado na Extinção Empresa
PEC 299/13 – Limita o Número de Ministérios
PEC 387/09 – Vice-Prefeito Perceber Vantagem
PEC 39/11 – Extingue o Terreno de Marinha
PEC 395/14 – Gratuidade do Ensino Público
PEC 443/14 – Isenção para associações de Militares
PEC 453/01 – Servidor Admin. Indireta Vereador
PEC 473/01 – Escolha de Ministro do STF pelo CN
PEC 491/10 – Proíbe Imposto sobre Insumos

PEC 518/10 – Estabilidade para Servidor Celetista
PEC 70/11 – Processo de apreciação de MP
PEC 80/15 – Procuradorias de Estados e Municípios
PEC 99/11 – Associações Religiosas Proporem ADIN
PL 1013/11 – Motores a Diesel para Veículos Leves
PL 1572/11 – Institui o Código Comercial
PL 1610/96 – Exploração recursos terras indígenas
PL 1775/15 – Registro Civil Nacional (RCN)
PL 1983/15 – Teto Remuneratório para Cartórios
PL 2412/07 – Execução da Dívida Ativa
PL 2438/15 – Enfretamento ao Homicídio de Jovens
PL 2516/15 – Institui a Lei de Migração
PL 3555/04 – Regulamenta Contratos Seguro Privado
PL 3636/15 – Acordo de Leniência
PL 37/11 – Mineração
PL 3722/12 - Desarmamento
PL 3968/97 – Direitos Autorais
PL 4060/12 – Tratamento e Proteção Dados Pessoais
PL 4238/12 – Piso Salarial de vigilantes
PL 442/91 – Marco Regulatório dos Jogos
PL 4567/16 – Petrobrás e Exploração do Pré-Sal
PL 4850/16 – Estabelece Medidas Contra a Corrupção
PL 4860/16 – Transporte Rodoviário de Cargas
PL 5864/16 – Carreira da Receita Federal
PL 5865/16 – Carreiras da Polícia Federal e Outras
PL 6299/02 – Regula Defensivo Fitossanitários
PL 6314/05 – Liberdade de opinião Ensino Religioso
PL 6437/16 – Formação Agente Comunitário de Saúde
PL 6583/13 – Estatuto da Família
PL 7180/14 – Escola sem Partido
PL 7197/02 – Revisão das Medidas Educativas do ECA
PL 7406/14 – Telecomunicações
PL 7419/06 – Planos de Saúde
PL 7420/06 – Lei de Responsabilidade Educacional
PL 8045/10 – Código de Processo Penal
PL 8085/14 – Alteração do Código de Trânsito
PL 827/15 – Lei de Proteção de Cultivares
PLP 137/15 – Criação de Municípios
PLP 251/05 – Despesa com Pessoal na Área da Saúde
Previdência Social
Reforma Política
Reforma Política Infraconstitucional
Reforma Tributária
Reformulação da Legislação do Esporte
Unificação das Polícias Cíveis e Militares

Encerradas:

Denúncia por Crime de Responsabilidade
Financiamento da Atividade Sindical
PEC 004/15 – Prorrogação da DRU até 2019
PEC 011/15 – Tribunal Superior do Trabalho
PEC 233/16 – Pagamento Débito Condenação Judicial
PEC 241/16 – Novo Regime Fiscal
PL 1628/15 – Direitos do Agente Comunitário Saúde
PLP 025/07 – Supersimples

Comissões Externas

Em funcionamento:

Acompanhamento Apuração Crimes de Estupro
Acompanhamento das Ações Sobre o Zika Vírus
Administradoras dos Trechos da BR-040 e da BR-116
Barreira do Cabo Branco
Cancelamento de Voos na Região Norte do Brasil
Cancelamento Ref. Premium I e II MA e CE
Construção da Ferrovia Nova Transnordestina
Consumo de Drogas entre os Jovens no Brasil
Crise Fiscal no Estado do Rio de Janeiro
Crise Hídrica de Campina Grande
Fiscalização da Concessionária ECO 101 – BR 101/ES
Obras do Governo Federal
Paralisação Nacional dos Caminhoneiros
Prevenção de Desastre e Auxílio às Vítimas no RJ
Prisão do Prefeito de Caracas/Venezuela
Projeto Revolusolar de Energia Renovável (RJ)
Rompimento de Barragem na Região de Mariana/MG
Situação de Emergência do Município de Tubarão/SC
Situação de Emergência em Xanxerê/SC
Situação Hídrica dos Municípios do Estado do Ceará
Transposição Rio São Francisco

Grupos de Trabalho

Grupo de Trabalho do Código Penal Militar
Grupo de Trabalho de Consolidação Legislação Brasileira
Grupo de Trabalho Taxistas e Aplicativos Digitais